



## **REGIMENTO INTERNO DA DIRETORIA**

### **REGISTRO DAS REVISÕES**

<b>Nº</b>	<b>Data</b>	<b>MOTIVO DAS REVISÕES</b>
<b>0</b>	<b>29/09/2023</b>	<b>Criação do regimento.</b>

<b>ELABORAÇÃO</b>	<b>VERIFICAÇÃO</b>	<b>APROVAÇÃO</b>
<b>DATA: 29/09/2023</b>	<b>DATA: 29/09/2023</b>	<b>DATA: 29/09/2023</b>  <b>Ata da Assembleia Geral Extraordinária</b>

**ESTE PROCEDIMENTO ENTRA EM VIGOR NA DATA DE SUA APROVAÇÃO.**

**REQUER TREINAMENTO: [ ] SIM [ X ] NÃO**

<b>REGIMENTO INTERNO DA DIRETORIA</b>	<b>Implantação: 29/09/2023</b>	<b>Vigência a partir de: 29/09/2023</b>
---------------------------------------	------------------------------------	---

## **SUMÁRIO**

<b>1. ABRANGÊNCIA .....</b>	<b>3</b>
<b>2. FINALIDADE.....</b>	<b>3</b>
<b>3. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL E NORMATIVA.....</b>	<b>3</b>
<b>4. DEFINIÇÕES.....</b>	<b>4</b>
<b>5. COMPOSIÇÃO .....</b>	<b>6</b>
<b>6. INDICAÇÕES E REQUISITOS .....</b>	<b>6</b>
<b>7. INVESTIDURA.....</b>	<b>6</b>
<b>8. COMPETÊNCIA .....</b>	<b>7</b>
<b>9. REMUNERAÇÃO .....</b>	<b>8</b>
<b>10. RESPONSABILIDADE .....</b>	<b>8</b>
<b>11. AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO .....</b>	<b>9</b>
<b>12. DEVERES E VEDAÇÕES DOS DIRETORES.....</b>	<b>10</b>
<b>13. TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS.....</b>	<b>11</b>
<b>14. APROVAÇÃO .....</b>	<b>11</b>

<b>REGIMENTO INTERNO DA DIRETORIA</b>	Implantação: <b>29/09/2023</b>	Vigência a partir de: <b>29/09/2023</b>
---------------------------------------	-----------------------------------	---

**REGIMENTO INTERNO DA DIRETORIA DA COMPANHIA DE  
DESENVOLVIMENTO DE BARRA MANSA – CDBM**

**1. ABRANGÊNCIA**

O presente Regimento aplica-se a Diretoria da Companhia de Desenvolvimento de Barra Mansa – CDBM.

**2. FINALIDADE**

Regular as atribuições e o funcionamento da Diretoria, órgão auxiliar ao Conselho de Administração da CDBM.

**3. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL E NORMATIVA**

- 3.1 Lei 6.404 de 15 de dezembro de 1976: que “dispõe sobre as Sociedades por Ações”, e suas alterações.
- 3.2 Lei nº 13.303 de 30 de junho de 2016: que “dispõe sobre o estatuto jurídico da empresa pública, da sociedade de economia mista e de suas subsidiárias, no âmbito da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios” e suas alterações.-
- 3.3 Lei nº 13.709 de 14 de agosto de 2018: que “dispõe sobre a proteção de dados pessoais”.
- 3.4 Decreto 46.188 de 06 de dezembro de 2017: que “regulamenta, no âmbito do Estado do Rio de Janeiro, a Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016, que dispõe sobre o estatuto jurídico da empresa pública, da sociedade de economia mista e de suas subsidiárias.
- 3.5 Estatuto Social da Companhia.
- 3.6 Política de Divulgação: Política de Divulgação de Informações.

REGIMENTO INTERNO DA DIRETORIA	Implantação: 29/09/2023	Vigência a partir de: 29/09/2023
--------------------------------	----------------------------	--

#### 4. DEFINIÇÕES

São considerados, para os fins deste Regimento, no singular ou no plural, os termos a seguir.

- 4.1 **Acionista Controlador:** o acionista ou grupo de acionistas vinculados por acordo de voto ou sob controle comum que exerça(m) o controle da Companhia, nos termos da Lei 6.404/1976.
- 4.2 **Administradores:** os diretores e os membros do Conselho de Administração da Companhia e seus respectivos suplentes, nos termos da Lei 6.404/1976.
- 4.3 **Código de Conduta:** Código de Conduta, Ética e Integridade da Companhia, que vier a ser elaborado nos termos do artigo 9º, §1º da Lei 13.303/16, do Decreto 46.188/17, e demais disposições aplicáveis.
- 4.4 **Comitê de Auditoria Estatutário:** órgão auxiliar ao Conselho de Administração da Companhia, criado nos termos do parágrafo único do artigo 12 do Estatuto Social da Companhia, do artigo 24 da Lei 13.303/2016 e do do Decreto 46.188/2017.
- 4.5 **Coligada:** qualquer sociedade coligada à Companhia, conforme definido no artigo 243, § 1º da Lei 6.404/1976.
- 4.6 **Controlada:** qualquer sociedade controlada, conforme definição de Controle, nos termos da Lei 6.404/1976, direta ou indiretamente, pela Companhia.
- 4.7 **Controle:** controle, direto ou indireto, de qualquer sociedade, conforme definido no artigo 116 da Lei 6.404/1976.
- 4.8 **Dado pessoal:** informação relacionada a pessoa natural identificada ou identificável.
- 4.9 **Dado pessoal sensível:** dado pessoal sobre origem racial ou étnica, convicção religiosa, opinião política, filiação a sindicato ou a organização de caráter religioso, filosófico ou político, dado referente à saúde ou à vida sexual, dado genético ou biométrico, quando vinculado a uma pessoa.
- 4.10 **Dono do Risco:** aquele que tiver o papel de monitorar e tratar os riscos que lhe forem designados.

REGIMENTO INTERNO DA DIRETORIA	Implantação: 29/09/2023	Vigência a partir de: 29/09/2023
--------------------------------	----------------------------	--

- 4.11 **Informação Privilegiada:** toda Informação Relevante ainda não divulgada ao mercado e ao público investidor.
- 4.12 **Plano de Contingência:** as ações necessárias para manter um nível de funcionamento adequado até o retorno à situação normal, após a ocorrência de incidentes e interrupções.
- 4.13 **Plano de Integridade:** o conjunto de ações desenvolvidas com o intuito de promover a cultura da ética, integridade, transparência e necessidade de prestação de contas, com ênfase no fortalecimento e aprimoramento da estrutura de governança, da gestão de riscos, da aplicação efetiva de códigos de conduta ética e da adoção de medidas de prevenção de atos ilícitos.
- 4.14 **Plano de Resposta ao Risco:** conjunto de ações, elaborado pelo dono do risco, que expressa o tratamento a ser dado ao risco.
- 4.15 **Plano de trabalho de gerenciamento de riscos e controle interno:** documento elaborado pela Área de Integridade e Gestão de Riscos da Companhia contendo o planejamento periódico das atividades a serem executadas, reportadas e apresentadas, prazos, recursos necessários e responsáveis.
- 4.16 **Portfólio de riscos:** catálogo de apresentação das características e informações de cada risco.
- 4.17 **Risco priorizado:** risco estratégico definido como de maior impacto para a Companhia caso materializado e que, nesse sentido, possui mecanismos de controle e monitoramento mais rigorosos.
- 4.18 **Tolerância a risco:** percentual do apetite a risco definido pela Companhia que, quando atingido, aciona a governança para a gestão dos riscos.
- 4.19 **Tratamento de dados pessoais:** toda operação realizada com dados pessoais, como as que se referem a coleta, produção, recepção, classificação, utilização, acesso, reprodução, transmissão, distribuição, processamento, arquivamento, armazenamento, eliminação, avaliação ou controle da informação, modificação, comunicação, transferência, difusão ou extração.



<b>REGIMENTO INTERNO DA DIRETORIA</b>	Implantação: <b>29/09/2023</b>	Vigência a partir de: <b>29/09/2023</b>
---------------------------------------	-----------------------------------	---

## **5. COMPOSIÇÃO**

- 5.1 A composição da Diretoria da Companhia é disciplinada nos termos do artigo 22 do Estatuto Social, respeitadas as disposições da Lei 6.404/1976, Lei 13.303/2016 e do Decreto Estadual n.º 46.188.
- 5.2 O prazo de mandato dos diretores será unificado, pelo prazo de 03 (três) anos, podendo haver reconduções indefinidas.

## **6. INDICAÇÕES E REQUISITOS**

- 6.1 Os diretores deverão atender aos requisitos previstos no Estatuto Social, respeitadas as disposições da Lei 6.404/1976, Lei 13.303/2016 e do Decreto Estadual n.º 46.188.
- 6.2 As indicações de diretores deverão observar o disposto em item específico da Política de Indicação a ser instituída.
- 6.3 É vedada a indicação como membros da Diretoria da Companhia das pessoas nas situações indicadas que se enquadram nas vedações definidas na Lei 13.303/2016, no Decreto Estadual 46.188 e na Lei 6.404/1976 e sua verificação observará a Política de Indicação, que vier a ser elaborada.

## **7. INVESTIDURA**

- 7.1 Os diretores serão investidos nos seus cargos mediante assinatura (i) do Termo de Posse e Anuência (ii) da Declaração de Desimpedimento, (iii) do Termo de Adesão à Política de Divulgação de Informação Relevante.
- 7.2 Deverão ser observadas as disposições do art. 23 da Lei nº 13.303/2016 para a investidura no cargo de diretor da Companhia.
- 7.3 Os diretores devem participar, na posse e anualmente, de treinamentos específicos disponibilizados pela empresa estatal, observado o disposto no artigo 17, §3º da Lei nº 13.303/2016 e no artigo 40 do Decreto Estadual 46.188/2017.

<b>REGIMENTO INTERNO DA DIRETORIA</b>	Implantação: <b>29/09/2023</b>	Vigência a partir de: <b>29/09/2023</b>
---------------------------------------	-----------------------------------	---

## **8. COMPETÊNCIAS**

8.1 Compete à Diretoria, sem prejuízo das competências previstas no artigo 25 do Estatuto Social, do disposto na Lei 13.303/16, no Decreto Estadual 46.188/2017 e na Lei 6.404/76:

- (a) promover o processo de gerenciamento de riscos e de controles internos da CDBM (metodologia, processos, sistemas, política, padrões e mecanismos de reporte, dentre outros) e garantir que estejam alinhados às boas práticas de gestão, inclusive ao planejamento estratégico da Companhia;
- (b) promover o processo de gerenciamento de riscos e de controles internos da CDBM (metodologia, processos, sistemas, política, padrões) e assegurar a aplicação das diretrizes e a aderência ao gerenciamento de riscos e aos procedimentos de controles internos;
- (c) deliberar sobre os procedimentos de gerenciamento de riscos e controles internos e suas atualizações;
- (d) revisar e validar o valor da tolerância ao risco;
- (e) aprovar o plano de trabalho de gerenciamento de riscos estratégicos e controle interno;
- (f) revisar e aprovar o portfólio de riscos estratégicos, bem como acompanhar e gerir todos os riscos nele definidos;
- (g) identificar e definir as respostas aos riscos (evitar, mitigar, compartilhar ou aceitar);
- (h) aprovar os donos dos riscos;
- (i) encaminhar ao Conselho de Administração, para aprovação, os riscos estratégicos priorizados e seus respectivos planos de ação e contingência;
- (j) deliberar sobre os resultados, planos de ações e de contingências dos processos de gerenciamento de riscos e de controles internos;



<b>REGIMENTO INTERNO DA DIRETORIA</b>	Implantação: <b>29/09/2023</b>	Vigência a partir de: <b>29/09/2023</b>
---------------------------------------	-----------------------------------	---

- (k) indicar a necessidade de avaliações independentes do processo de gerenciamento de riscos e controles internos (agentes internos ou externos), de modo a assegurar sua eficácia;
  - (l) garantir o desenvolvimento contínuo dos profissionais atuantes em gerenciamento de riscos e controles internos da Companhia;
  - (m) assegurar autonomia aos agentes de controles internos da CDBM no exercício de suas atividades, garantindo o acesso a documentos, sistemas de informação e pessoas, e demais elementos necessários ao exercício de suas atividades;
  - (n) assegurar o alinhamento entre o Planejamento Estratégico e o Gerenciamento de Riscos e Controle Interno, visando o adequado tratamento dos riscos;
  - (o) promover as condições necessárias para a efetivação dos planos de resposta aos riscos;
  - (p) aprovar a metodologia de avaliação de risco corporativo, assim como as suas revisões, submetendo-a ao Conselho de Administração para apreciação;
- 8.2 Compete ainda a cada diretor, no âmbito de sua diretoria, avaliar os planos de ação sugeridos pelos donos dos riscos.

## **9. REMUNERAÇÃO**

- 9.1 A remuneração global ou individual da Diretoria será anualmente fixada pela Assembleia Geral da Companhia, nos termos do art. 11, IV do Estatuto Social.
- 9.2 A remuneração mensal dos diretores obedecerá ao que dispõe a Política de Remuneração.

## **10. RESPONSABILIDADE**

- 10.1 A responsabilidade dos membros da Diretoria está disciplinada nos termos do artigo 25 do Estatuto Social da Companhia.
- 10.2 A Companhia assegurará aos membros da Diretoria, quando legalmente possível, a defesa em processos judiciais e administrativos propostos contra essas pessoas, na forma definida no Estatuto Social da Companhia.



<b>REGIMENTO INTERNO DA DIRETORIA</b>	Implantação: <b>29/09/2023</b>	Vigência a partir de: <b>29/09/2023</b>
---------------------------------------	-----------------------------------	---

## **11. AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO**

11.1 O Conselho de Administração da Companhia, com apoio metodológico e procedimental do Comitê de Auditoria Estatutário, realizará anualmente avaliação de desempenho, individual e coletiva, dos diretores.

11.2 A avaliação de desempenho será realizada pelo Conselho de Administração da Companhia, com auxílio do Comitê de Auditoria Estatutário, e poderá contar, ainda, com auxílio de empresa de assessoria externa especializada, a ser contratada a exclusivo critério do Conselho de Administração da Companhia.

10.2.1. Os procedimentos e a metodologia adotados para a realização da avaliação são:

- (a) autoavaliação dos diretores, por meio de resposta, pelo próprio diretor, a questionário que contém quesitos que buscam avaliar determinadas competências e os resultados alcançados no desempenho de suas atividades.
- (b) envio dos questionários de autoavaliação aos membros do conselho de administração por meio de um sistema eletrônico;
- (c) processo de avaliação dos diretores pelos membros do conselho, que consiste no preenchimento de questionário contendo quesitos que buscam avaliar:
  - (i) competências como comunicação, formação de equipe, geração de valor, cultura organizacional, entre outros, além da execução e o monitoramento do plano estratégico da Companhia;
  - (ii) análise quanto à licitude e à eficácia dos atos de gestão praticados;
  - (iii) contribuição para o resultado do exercício, com foco em indicadores como faturamento, EBITDA (lucros antes de juros, impostos, depreciação e amortização), dívida líquida da Companhia, melhoria de índices de liquidez e dos processos internos da Companhia, conforme o caso;
  - (iv) atendimento de metas e estratégias prevista para o exercício.

<b>REGIMENTO INTERNO DA DIRETORIA</b>	Implantação:  <b>29/09/2023</b>	Vigência a partir de:  <b>29/09/2023</b>
---------------------------------------	---------------------------------------	---

- (d) elaboração de relatório com a consolidação dos resultados da avaliação de desempenho que deverá conter (i) o resultado da avaliação de desempenho, apurado com base em critério de pontuação e (ii) identificação das oportunidades de melhorias, com base no desempenho apontado para cada questão abordada nos questionários.
  - (e) os resultados gerais são pontuados e consolidados no relatório final da avaliação que é apresentado aos diretores em reunião de *feedback*.
- 11.5 A primeira avaliação dos diretores de acordo com os termos previstos neste Regimento Interno será realizada dentro de um ano, contado do início dos respectivos mandatos.

## **12. DEVERES E VEDAÇÕES DOS DIRETORES**

- 12.1 Os diretores têm os seguintes deveres no exercício de seus mandatos e devem, além do que dispuser o Estatuto Social da Companhia e a lei aplicável:
- (a) exercer as suas funções no exclusivo interesse da Companhia, satisfeitas as exigências do bem público e da sua função social;
  - (b) guardar sigilo sobre informações ainda não divulgadas ao mercado, obtidas em razão do cargo;
  - (c) comparecer às reuniões previamente preparados, inclusive no que se refere ao exame prévio dos documentos postos à disposição, e delas participar ativa e diligentemente;
  - (d) declarar, previamente à deliberação, sempre que a matéria submetida à sua apreciação tiver interesse particular ou conflitante com o da Companhia, abstenendo-se de participar da sua discussão e votação;
  - (e) conhecer e fazer cumprir o Estatuto Social da Companhia, as políticas, os regimentos internos dos órgãos da Companhia e o Código de Conduta que vier a ser elaborado;

<b>REGIMENTO INTERNO DA DIRETORIA</b>	Implantação: <b>29/09/2023</b>	Vigência a partir de: <b>29/09/2023</b>
---------------------------------------	-----------------------------------	---

12.2 É vedado aos diretores:

- (a) praticar ato de liberalidade à custa da Companhia;
- (b) tomar empréstimos ou recursos da Companhia e usar, em proveito próprio, bens a ela pertencentes;
- (c) receber qualquer modalidade de vantagem em razão do exercício do cargo;
- (d) omitir-se no exercício ou proteção de direitos da Companhia ou demais Controladas, Coligadas ou Subsidiárias integrais;
- (e) intervir em operações que tenham interesse conflitante com a Companhia ou com qualquer Controlada, Coligada ou subsidiária integral, devendo, nessa hipótese, consignar as causas do seu impedimento em ata.

### **13. TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS**

13.1 O tratamento de dados pessoais no âmbito das atividades da Diretoria será realizado em conformidade com as disposições da Lei nº 13.709/2018 e com a Política de Privacidade que vier a ser elaborada.

### **14. APROVAÇÃO**

14.1 O presente Regimento foi aprovado em Reunião Geral Extraordinária, realizada em 29 de setembro de 2023.

14.2 Compete ao Conselho de Administração aprovar alterações ao presente Regimento.

14.3 Este Regimento entra em vigor na data de sua aprovação, revogadas as disposições em contrário.

Barra Mansa, 29 de setembro de 2023.